



## **CARTA DE SÃO GABRIEL**

### **AMFRO – Associação dos Municípios da Fronteira Oeste**

Os 13 municípios que compõem a AMFRO se reuniram em 09 de agosto do presente ano com lideranças ligadas ao setor orizícola, na cidade de São Gabriel/RS. Estiveram presentes Prefeitos, Vereadores, produtores rurais, Presidentes de Sindicados Rurais, Presidentes de Associação de Arrozeiros, representante da Farsul economista Antônio da Luz, representante do Irga Ivo Mello, representante da Federarroz Cristiano Cabrera, representantes de Deputados Estaduais Ernani Polo e Frederico Antunes, representante do Deputado Federal Jerônimo Goergen e Senador Luis Carlos Heinze para debater e dar encaminhamentos sobre a forte crise que assola o setor.

A crise pela qual passa a cadeia arrozeira (desde a produção até o beneficiamento) vai muito além de suas fazendas, uma vez que o setor gera quase R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) por ano de ICMS, principal fonte de recursos do Governo do Estado e para os quase 140



municípios que tem o arroz como principal fonte de renda/matriz econômica (metade sul do Rio Grande do Sul). É também com esses recursos que os prefeitos equilibram seus orçamentos e mantêm em funcionamento as estruturas de educação, saúde, saneamento básico, infraestrutura, etc. A crise no setor vem gerando dificuldades para produtores (alto endividamento), gerando um considerável desemprego no campo, crise no comércio e um sério reflexo social.

Consideramos também, a importância da atividade para a geração de empregos, pois uma propriedade típica gera em média 9 empregos diretos, de acordo com o Esalq/Cepea, quando nenhuma outra atividade agropecuária tem esse nível de empregabilidade. Entendemos que para resolver o problema do desemprego no Brasil, o primeiro passo é não gerar mais desempregados, pois apenas uma robusta recuperação econômica poderia reverter esse quadro, o que demanda tempo.

Além do impacto nas prefeituras, na vida do produtor e na sociedade dos municípios como um todo há, também, uma questão de mérito. Nós que somos municípios da fronteira não conseguimos nos acostumar em ver nossos arroteiros comprando no Brasil insumos a preços bem maiores do que em países do Mercosul, e, na maioria das vezes, insumos fabricados



aqui no País e vendidos no outro lado da fronteira por uma fração do preço aqui praticado. A quem o governo brasileiro quer proteger? Nossa atividade é que não é. Além do mais, pela Resolução 13 do Senado (Lei dos Portos) damos vantagens tributárias nas vendas interestaduais para aquisição do produto importado, produzidos com insumos que aqui são proibidos de utilizar na produção.

Por tanto, entendemos que a crise pela qual passa o setor e que arrasta uma parcela considerável da população gaúcha é, em boa medida, causada por esse acordo que, mesmo passados 28 anos, até hoje não temos a mínima liberdade de comércio. Se nossos produtores não podem comprar os insumos mais baratos para poder concorrer no mercado interno brasileiro, então deve ser fechada também a fronteira para o arroz desses países (que entra no Brasil com preços muito mais competitivos que o nosso arroz devido a melhores condições de produção e tributação).

Por fim, apoiamos os pleitos das entidades representativas do setor, FARSUL, FEDERARROZ e FETAG.

NÍVEL FEDERAL - Reforçamos a nível Federal o pleito já encaminhado em 11/07/2019 junto ao Presidente da República,



Jair Bolsonaro, e a Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, que trata da reestruturação e do endividamento (alongamento das dívidas no prazo de 15 anos e juros de 4%), além dos tópicos como relacionados ao Mercosul, carga tributária, alto custo da energia elétrica, juros reais. Os dias passam e não obtivemos avanços e retorno efetivo dos pleitos.

NÍVEL ESTADUAL – urgente organização do IRGA (Instituto Riograndense do Arroz), bem como, uma atenção específica e pontual ao ICMS do arroz.

São Gabriel, 09 de agosto de 2019

---

**Eduardo Bonotto**

Presidente da AMFRO

Associação de Municípios da Fronteira Oeste